



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680218 - SC (2021/0219558-4)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : GASPARINO SIQUEIRA CORREA  
**ADVOGADO** : GASPARINO SIQUEIRA CORRÊA - SC053085  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : CARLOS RAFAEL FORTES RODRIGUES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CARLOS RAFAEL FORTES RODRIGUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 5001603-33.2021.8.24.0005).

O paciente foi condenado pela prática do crime previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, tendo-lhe sido cominadas as penas de 4 anos e 2 meses de reclusão no regime inicial semiaberto e de 416 dias-multa, à razão do valor unitário mínimo.

O impetrante sustenta a desproporcionalidade da fração aplicada em decorrência do reconhecimento do tráfico privilegiado, de 1/6, defendendo o caso concreto recomenda a redução da pena no patamar de 1/2. Afirma, ademais, a necessidade de cômputo do tempo de prisão provisória do paciente para abrandamento do regime prisional inicial, fixando-o em aberto.

Requer, liminarmente, a aplicação do redutor do § 4º do art. 33 da Lei Antidrogas na proporção de 1/2 e a expedição de alvará de soltura em favor do paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar, inclusive com o deferimento da substituição da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente